

O deputado federal Marcos Pollon (PL-MS), conhecido por sua atuação em defesa do armamento civil, enfrenta acusações de que o movimento Proarmas — criado por ele para defender o direito ao porte e à posse de armas — teria servido para canalizar recursos em benefício de empresas ligadas à sua própria família.

A polêmica veio à tona em 22 de fevereiro de 2025, a partir de uma postagem no X (antigo Twitter) feita por um perfil anônimo que adotou o pseudônimo de Emily Thorne, personagem da série de televisão Revenge. A publicação levantou questionamentos sobre o destino do dinheiro pago por quem se tornava membro do Proarmas e a confusão entre os CNPJs envolvidos na operação.

Ao acessar o site [proarmas.com.br](http://proarmas.com.br) e clicar no botão "Seja Membro" — apresentado em destaque na página —, o usuário era direcionado a uma área de adesão com quatro categorias de apoio, batizadas em alusão a calibres de armas: Membro 38 (R\$ 10/mês), Membro 357 (R\$ 38/mês), Membro 454 (R\$ 100/mês) e Membro 762 (R\$ 150/mês). Os planos ofereciam descontos em lojas e clubes parceiros, cursos digitais, plantão de dúvidas e assessoria em processos junto ao Sinarm (Sistema Nacional de Armas).

O problema, segundo as denúncias, estava na nota fiscal gerada após o pagamento. Em vez de um recibo emitido pela Associação Nacional Movimento Pro Armas (Ampa) — entidade sem fins lucrativos com CNPJ próprio e sede em Campo Grande —, os associados recebiam documentos em nome da Proarmas Cursos e Eventos Ltda, empresa privada com capital social de R\$ 10 mil, registrada no Distrito Federal e tendo o próprio deputado Marcos Sborowski Pollon como sócio-administrador.

"Fui tapeado", resumiu um internauta que acompanhou uma live do ex-aliado de Pollon, Cesar Mello, 1º suplente de deputado estadual pelo Paraná. Mello realizou uma compra ao vivo justamente para mostrar qual empresa recebia os recursos. A transmissão acumulou mais de 16 mil visualizações.

Quem se filiava ao Proarmas acreditava contribuir para uma causa ideológica, mas na prática estava adquirindo um pacote de cursos e serviços em empresa de Pollon. A opção para adesão gratuita à Ampa existia no mesmo site, mas estava escondida em uma página secundária, acessível apenas por um botão discreto, em letras miúdas, na parte inferior da tela.

A investigação dos internautas revelou outra camada da polêmica: o domínio [proarmas.com.br](http://proarmas.com.br) estava registrado não em nome do parlamentar ou da Ampa, mas vinculado ao CNPJ da MF Gestão Patrimonial Ltda. Segundo dados da Redesim, plataforma do governo federal, trata-se de uma holding de instituições não financeiras constituída em 2020, com capital social de R\$ 1,304 milhão, cujos sócios são o próprio Pollon, sua esposa e os quatro filhos menores do casal. A sede da holding fica no mesmo endereço da Ampa, em um prédio na Avenida Afonso Pena, em Campo Grande.

O administrador registrado da MF Gestão Patrimonial é Felipe Di Benedetto Junior, que constava, até dezembro de 2024, como secretário parlamentar do gabinete de Pollon na Câmara dos Deputados, com remuneração de R\$ 16.275,56 mensais.

"Não é sobre armas, é sobre ganhar dinheiro em cima da causa armamentista em benefício próprio", escreveu um dos internautas que comentou o caso nas redes sociais.